CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS – UNIFIP
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MARIA BEATRIZ DA SILVA ALVES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

PATOS – PB

2026.1

MARIA BEATRIZ DA SILVA ALVES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, em cumprimento as exigências para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Everson Vagner de Lucena Santos.

PATOS – PB

2026.1

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Acordo com AACR2, CDU e CUTTER Biblioteca Central - UNIFIP

Alves, Maria Beatriz da Silva.

A474e EDUCAÇÃO INCLUSIVA: a inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar. / Maria Beatriz da Silva Alves. – Patos – PB: UNIFIP, 2026.

27 fls.

Orientador (a): Prof. Dr. Everson Vagner de Lucena Santos. Artigo, Graduação Licenciatura em Pedagogia.

1. Educação inclusiva. 2. Práticas pedagógicas. 3. Formação docente. I. Título. II. Centro Universitário – UNIFIP.

UNIFIP/BC CDU: 37

Yasmim Caroline A. Nóbrega – Bibliotecária. CRB 15/1086

PATOS – PB 2026.1

MARIA BEATRIZ DA SILVA ALVES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro Universitário de Patos - UNIFIP, em cumprimento as exigências para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 19 de maio de 2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br EVERSON VAGNER DE LUCENA SANTOS
Data: 08/06/2026 19:42:20-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROF. DR. EVERSON VAGNER DE LUCENA SANTOS ORIENTADOR
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS – PB

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE SANTANA DA SILVA SEGUNDO
Data: 08/06/2026 20:57:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROF. ESP. JOSÉ SANTANA DA SILVA SEGUNDO EXAMINADOR I
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS – PB

Documento assinado digitalmente
gov.br WANDERSON DA SILVA MARTINS
Data: 10/06/2026 09:02:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROF. ME. WANDERSON DA SILVA MARTINS EXAMINADOR II
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS – PB

A Deus, que em silêncio guiou cada passo desta jornada, sustentando meu coração nos dias difíceis e renovando minhas esperanças quando o caminho parecia longo demais. À minha mãe, minha maior inspiração, por ser abrigo nos momentos de fraqueza e luz nos momentos de dúvida. Seu amor, cuidado e dedicação foram a base de tudo que conquistei até aqui. Este trabalho também é fruto da sua história, da sua luta e do seu amor infinito. DEDICO!

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de vida, sabedoria e sustento, por me conceder força, coragem e perseverança ao longo de toda esta jornada acadêmica, iluminando meus caminhos mesmo diante dos desafios.

A minha mãe, por ser meu alicerce inabalável, pelo amor incondicional, apoio constante e pelos valores que me formaram como pessoa e me conduziram até aqui.

Aos meus familiares, que, de diferentes formas, contribuíram com incentivo, compreensão e carinho, tornando este percurso mais leve e significativo.

Aos amigos da vida e da faculdade, companheiros de caminhada, pela partilha de experiências, apoio mútuo, momentos de aprendizado e amizade que levarei para além dos muros acadêmicos.

Ao meu orientador, pela dedicação, paciência, orientação segura e contribuições essenciais para a construção deste trabalho, sendo fundamental para o meu crescimento acadêmico.

A todos os professores do curso de Pedagogia da UNIFIP, que, com compromisso e excelência, compartilharam conhecimentos, despertaram reflexões e contribuíram significativamente para a minha formação profissional e humana.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta trajetória, minha sincera gratidão.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção."

Paulo Freire

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Maria Beatriz da Silva Alves, Everson Vagner de Lucena Santos

RESUMO

A educação inclusiva tem se consolidado como um importante paradigma educacional, voltado à garantia do acesso, permanência e desenvolvimento de estudantes com deficiência no ambiente escolar. O estudo busca compreender como as escolas lidam com a inclusão e identificar as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento educacional e social desses alunos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada entre março e abril de 2026, nas bases SciELO, Periódicos CAPES e LILACS, utilizando descritores em português e inglês relacionados à educação inclusiva, combinados por operadores booleanos. Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês. Inicialmente, foram identificados 120 estudos, dos quais 15 compuseram a amostra final após a aplicação dos critérios de elegibilidade. A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e temática. Os achados evidenciam avanços no campo normativo da educação inclusiva, porém apontam fragilidades na sua implementação prática, especialmente no que se refere à formação docente, à limitação de recursos pedagógicos e à presença de barreiras estruturais e atitudinais. Em contrapartida, estratégias como metodologias ativas, uso de tecnologias assistivas e práticas colaborativas demonstram potencial significativo para favorecer a permanência e o desenvolvimento dos estudantes. Conclui-se que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação entre práticas pedagógicas, formação docente e políticas públicas. Como limitação, destaca-se a restrição às bases de dados e ao recorte temporal adotado.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Práticas pedagógicas; Formação docente.

ABSTRACT

Inclusive education has been consolidated as an important educational paradigm, aimed at ensuring access, retention, and development of students with disabilities in the school environment. This study seeks to understand how schools deal with inclusion and to identify the strategies adopted to promote the educational and social development of these students. It is an integrative literature review, conducted between March and April 2026, using the SciELO, CAPES Journals, and LILACS databases, with descriptors in Portuguese and English related to inclusive education, combined through Boolean operators. Articles published between 2020 and 2026, available in full text in Portuguese and English, were included. Initially, 120 studies were identified, of which 15 comprised the final sample after applying the eligibility criteria. Data analysis was carried out in a descriptive and thematic manner. The findings highlight advances in the normative field of inclusive education; however, they reveal weaknesses in its practical implementation, especially regarding teacher training, limited pedagogical resources, and the presence of structural and attitudinal barriers. On the other hand, strategies such as active methodologies, the use of assistive technologies, and collaborative practices show significant potential to promote student retention and development. It is concluded that the effectiveness of inclusive education depends on the articulation between pedagogical practices, teacher training, and public policies. As a limitation, the restriction to selected databases and the defined time frame is highlighted.

Keywords: Inclusive education; Pedagogical practices; Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais paradigmas da educação contemporânea, ao defender o direito de todos os sujeitos à escolarização em ambientes comuns de ensino, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Nesse contexto, a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar não se limita ao acesso à matrícula, mas envolve a garantia de participação, aprendizagem e permanência. Conforme apontam Mantoan (2025) e Alves e Mendonça (2025), a efetivação da inclusão depende da transformação das práticas pedagógicas e da superação de modelos excludentes ainda presentes nas instituições de ensino.

Ademais, a construção de uma escola inclusiva exige mudanças profundas no fazer pedagógico, demandando novas formas de organização curricular, metodológica e avaliativa. Nessa perspectiva, Pacheco (2024) destaca que a inclusão escolar está diretamente relacionada à transformação pedagógica, na qual o aluno passa a ser compreendido em sua singularidade. De forma complementar, Coelho e Coelho (2024) evidenciam que os desafios enfrentados pelos docentes em sala de aula estão diretamente ligados à necessidade de formação continuada e adaptação das práticas educativas.

Além disso, é fundamental considerar o papel das políticas públicas na promoção da educação inclusiva, uma vez que estas orientam as práticas institucionais e asseguram direitos fundamentais. Segundo Prieto (2024), apesar dos avanços legais no Brasil, ainda existem lacunas na implementação efetiva dessas políticas no cotidiano escolar. Corroborando essa perspectiva, Araújo (2024) enfatiza que o direito à educação inclusiva deve ser garantido não apenas formalmente, mas também materialmente, por meio de condições adequadas de acesso e permanência. Nesse sentido, estudos como o de Martinho e Amato (2025) reforçam que a gestão escolar desempenha papel essencial na efetivação dessas políticas.

Nesse sentido, a formação docente configura-se como elemento central para a consolidação de práticas inclusivas. De acordo com Mendes (2025), a formação continuada dos professores contribui significativamente para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais inclusivas e eficazes. Paralelamente, Kramer (2024) ressalta que, desde a educação infantil, é essencial promover práticas que respeitem as diferenças. Ademais, Santos (2025) evidencia que a formação docente impacta diretamente na qualidade das práticas inclusivas desenvolvidas no ambiente escolar.

Outrossim, a inclusão escolar está intrinsecamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Conforme argumenta Werneck (2025), a educação inclusiva

desempenha papel fundamental na promoção da equidade social. Nesse mesmo sentido, Candau (2024) destaca que a valorização da diversidade contribui para a formação de sujeitos críticos. Complementando essa discussão, Dezotti et al. (2025) apontam que a inclusão educacional no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais que limitam sua plena efetivação.

Além disso, ao analisar o contexto da educação especial no Brasil, Mazzotta (2025) evidencia que, embora tenham ocorrido avanços significativos, ainda persistem desafios relacionados à permanência dos alunos com deficiência na escola. Complementando essa discussão, Sassaki (2025) afirma que a inclusão efetiva requer a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. Nesse contexto, Faria e Manjinski (2025) destacam que a adoção de estratégias educacionais inclusivas contribui significativamente para a permanência e o desenvolvimento dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se pertinente investigar de que maneira as estratégias educacionais podem impactar o acesso e, principalmente, a permanência das pessoas com deficiência no ambiente escolar. Tal investigação justifica-se pela necessidade de compreender os fatores que favorecem a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade, capaz de atender às demandas da diversidade presente nas instituições de ensino.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral compreender a forma como as escolas lidam com a inclusão, bem como identificar quais estratégias são adotadas para promover a permanência e o desenvolvimento educacional e social dos alunos com deficiência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva constitui-se como um dos principais paradigmas contemporâneos no campo educacional, fundamentando-se nos princípios da equidade, da justiça social e do direito universal à educação. Tal perspectiva propõe a superação de modelos excludentes historicamente consolidados, os quais restringiam o acesso de pessoas com deficiência aos espaços formais de ensino. No contexto brasileiro, esse movimento ganha força a partir de transformações sociais e legais que passam a reconhecer a diversidade como elemento intrínseco ao processo educativo, promovendo a inserção de todos os sujeitos no ambiente escolar (Dezotti *et al*., 2025).

Nesse sentido, a inclusão escolar não deve ser compreendida apenas como a presença física do estudante com deficiência na escola regular, mas como um processo amplo que exige mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais. Trata-se de uma reconfiguração do próprio

conceito de ensino, no qual a diversidade deixa de ser vista como obstáculo e passa a ser entendida como potencial educativo. Assim, a escola inclusiva assume o compromisso de garantir condições efetivas de aprendizagem, respeitando as especificidades de cada estudante e promovendo práticas pedagógicas flexíveis e acessíveis (Silva *et al*., 2026).

Corroborando essa perspectiva, destaca-se que:

> A educação inclusiva demanda a reorganização dos sistemas educacionais, de modo a assegurar não apenas o acesso, mas a participação efetiva e a aprendizagem significativa de todos os estudantes, considerando suas singularidades e necessidades específicas (Silva *et al*., 2026, p. 32).

A partir dessa compreensão, evidencia-se que a inclusão implica um compromisso coletivo que envolve não apenas o professor, mas toda a comunidade escolar, incluindo gestores, familiares e políticas institucionais. Dessa forma, a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva está diretamente relacionada à capacidade das instituições de ensino em promover ambientes acolhedores e acessíveis, tanto do ponto de vista físico quanto pedagógico.

No campo das políticas públicas, o Brasil apresenta avanços relevantes na promoção da educação inclusiva, especialmente no que se refere à garantia do direito à matrícula de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. No entanto, embora haja um arcabouço legal consistente, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta entraves significativos no cotidiano escolar, evidenciando a distância entre a legislação e a prática educativa (Riboli, 2025; Xavier; Rodrigues, 2025). Esses desafios estão relacionados, sobretudo, à falta de recursos, à insuficiente formação docente e às limitações estruturais das instituições.

Como apontam alguns autores:

> Apesar dos avanços normativos no campo da educação inclusiva no Brasil, ainda persistem desafios na implementação dessas políticas, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à garantia de condições adequadas para o atendimento às demandas educacionais específicas (Riboli, 2025, p. 48).

Além disso, o debate sobre inclusão tem se expandido para além da educação básica, alcançando também o ensino superior, onde novas demandas emergem em relação à acessibilidade, permanência e sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, observa-se que a inclusão nesses níveis de ensino exige não apenas adaptações estruturais, mas mudanças mais profundas nas práticas pedagógicas e na cultura institucional (Miguel *et al*., 2024; Ferrari; Sekkel, 2007).

Dessa forma, compreende-se que a educação inclusiva no Brasil se configura como um campo em constante construção, marcado por avanços importantes no âmbito legal e conceitual, mas também por desafios persistentes no que se refere à sua implementação efetiva. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento de políticas públicas articuladas a práticas pedagógicas inovadoras, capazes de assegurar não apenas o acesso, mas a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes no ambiente escolar.

2.2 DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A efetivação da educação inclusiva no contexto escolar brasileiro ainda enfrenta uma série de desafios que perpassam dimensões pedagógicas, estruturais e atitudinais. Embora os avanços legais tenham garantido o acesso de estudantes com deficiência às escolas regulares, a permanência e a aprendizagem significativa desses sujeitos continuam sendo questões centrais a serem enfrentadas. Nesse cenário, destaca-se que a inclusão não se concretiza apenas por meio de normativas, mas depende, sobretudo, das práticas desenvolvidas no cotidiano escolar (Alves; Mendonça, 2025).

Entre os principais entraves, evidencia-se a insuficiente formação dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula. Muitos docentes relatam dificuldades na adaptação de conteúdos, na elaboração de estratégias pedagógicas inclusivas e na gestão de turmas heterogêneas, o que impacta diretamente a qualidade do ensino ofertado. Além disso, a ausência de suporte institucional e de recursos didáticos adequados contribui para a fragilização das práticas inclusivas (Coelho; Coelho, 2024).

Nesse contexto, as concepções docentes sobre inclusão desempenham papel fundamental na maneira como o processo educativo é conduzido. Professores que compreendem a inclusão como responsabilidade coletiva tendem a desenvolver práticas mais acolhedoras e eficazes, enquanto aqueles que a percebem como um desafio individual podem apresentar maior resistência ou insegurança. Assim, as atitudes e crenças dos educadores tornam-se elementos determinantes para o sucesso ou fracasso das ações inclusivas (Silva; Dias, 2026; Haas; Rodrigues, 2024).

De acordo com Coelho; Coelho, (2024, p. 24).

> Os desafios da educação inclusiva estão diretamente relacionados às concepções dos professores e às condições de trabalho oferecidas, sendo imprescindível o apoio institucional para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Além das questões relacionadas à prática docente, a gestão escolar também exerce influência significativa na implementação da inclusão. A organização institucional, o planejamento pedagógico e a articulação entre os diferentes profissionais da escola são fatores que podem favorecer ou dificultar o processo inclusivo. Nesse sentido, gestores comprometidos com a inclusão tendem a promover ações mais integradas e eficazes no atendimento às necessidades dos estudantes (Martinho; Amato, 2025).

Outro aspecto relevante refere-se às especificidades das áreas do conhecimento, uma vez que determinados componentes curriculares apresentam desafios adicionais para a inclusão. No ensino de Ciências da Natureza, por exemplo, a necessidade de adaptações metodológicas e de recursos acessíveis torna-se ainda mais evidente, exigindo dos professores maior preparo e criatividade pedagógica (Santos *et al*., 2026).

Diante desse panorama, Alves; Mendonça (2025, p. 64) ressaltam que:

> A inclusão escolar exige a adoção de estratégias pedagógicas diversificadas, capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes, promovendo a participação ativa e a construção do conhecimento de forma equitativa.

Portanto, os desafios da educação inclusiva não se limitam à presença do aluno com deficiência na escola, mas envolvem a necessidade de transformação das práticas pedagógicas, das concepções docentes e da organização institucional. Assim, torna-se essencial o investimento contínuo em formação, recursos e políticas de apoio, de modo a garantir que a inclusão se efetive de forma plena e significativa no ambiente escolar.

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE E ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

A consolidação da educação inclusiva no ambiente escolar está intrinsecamente relacionada à formação docente e à adoção de estratégias pedagógicas que contemplem a diversidade dos estudantes. Nesse sentido, a preparação dos professores constitui um dos pilares fundamentais para a efetivação da inclusão, uma vez que são esses profissionais os principais mediadores do processo de ensino-aprendizagem. Contudo, observa-se que a formação inicial, muitas vezes, não contempla de maneira suficiente as demandas da educação inclusiva, tornando a formação continuada um elemento indispensável nesse contexto (Santos, 2025; Santos, 2025).

A formação continuada possibilita o desenvolvimento de competências pedagógicas voltadas à inclusão, contribuindo para que os docentes ampliem seus conhecimentos sobre as diferentes deficiências, metodologias adaptativas e práticas educativas inclusivas. Além disso, favorece a reflexão crítica sobre a prática docente, permitindo a construção de estratégias mais

eficazes e alinhadas às necessidades dos estudantes. Dessa forma, investir na qualificação permanente dos professores torna-se essencial para a superação das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar (Coelho; Coelho, 2024; Macedo; Leite; Gimenez, 2024).

Corroborando essa perspectiva, Santos (2025, p. 42), ressalta que:

> A formação continuada de professores é um elemento central para a promoção da educação inclusiva, uma vez que possibilita a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis à diversidade e às necessidades específicas dos estudantes.

Além da formação docente, a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas é fundamental para garantir a participação efetiva dos estudantes com deficiência no processo educativo. Tais estratégias envolvem a flexibilização curricular, o uso de recursos didáticos acessíveis, a diversificação das metodologias de ensino e a valorização das potencialidades dos alunos. Nesse contexto, a prática pedagógica deve ser orientada por uma perspectiva que reconheça as diferenças como parte constitutiva da aprendizagem, promovendo um ambiente mais democrático e participativo (Santos, 2025; Macedo; Leite; Gimenez, 2024).

Ademais, é importante considerar que a inclusão escolar também envolve dimensões sociais e culturais, como as questões de identidade e diversidade. A interseccionalidade, por exemplo, amplia a compreensão sobre as múltiplas formas de exclusão que podem afetar os estudantes, exigindo abordagens pedagógicas mais sensíveis e inclusivas (Ribeiro; Reis, 2025). Assim, a promoção da inclusão não se limita às adaptações pedagógicas, mas envolve o reconhecimento e o respeito às diferentes identidades presentes no ambiente escolar.

Outro ponto relevante refere-se ao papel das instituições de ensino e das políticas educacionais no fortalecimento das práticas inclusivas. A articulação entre formação docente, suporte institucional e diretrizes políticas é essencial para a construção de um sistema educacional mais inclusivo e equitativo. Nesse sentido, ações integradas que envolvam diferentes atores educacionais tendem a potencializar os resultados das práticas inclusivas (Távora, 2026; Lima; Manjinski, 2024).

Como ressaltado na literatura, a efetivação da educação inclusiva depende de um conjunto articulado de ações que envolvem formação docente, práticas pedagógicas adequadas e políticas públicas comprometidas com a equidade educacional (Távora, 2026).

Dessa forma, compreende-se que a formação docente e a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas são elementos essenciais para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Assim, torna-se imprescindível o investimento contínuo nesses

aspectos, visando garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar dos estudantes com deficiência.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, desenvolvida com o objetivo de reunir, analisar criticamente e sintetizar produções científicas acerca das estratégias educacionais voltadas à inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, com ênfase no acesso, permanência e desenvolvimento educacional desses estudantes. Esse tipo de revisão permite uma compreensão ampla do fenômeno investigado, ao integrar resultados de diferentes abordagens metodológicas, contribuindo para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.

O percurso metodológico foi conduzido com base nos princípios de rigor e transparência científica, adotando-se como referência as recomendações do protocolo PRISMA 2020, bem como os fundamentos da estratégia PICO (População, Intervenção, Comparação e Desfecho). Para tanto, formulou-se a seguinte questão norteadora: *como as estratégias educacionais podem contribuir para o aumento do número e permanência de pessoas com deficiência nas escolas?*

A revisão foi organizada em seis etapas: (1) definição da questão de pesquisa; (2) estabelecimento das bases de dados, descritores e critérios de elegibilidade; (3) realização da busca e seleção dos estudos; (4) extração dos dados; (5) análise e interpretação dos resultados; e (6) síntese do conhecimento produzido.

A busca bibliográfica foi realizada entre os meses de março e abril de 2026, nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), Periódicos CAPES e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Foram utilizados descritores em português e inglês, tais como: *"educação inclusiva", "inclusão escolar", "pessoas com deficiência", "práticas pedagógicas inclusivas"* e *"formação de professores"*, combinados por meio dos operadores booleanos *"AND"* e *"OR"*, conforme as especificidades de cada base de dados.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados entre os anos de 2020 e 2026, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, que abordassem a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar, com enfoque em estratégias educacionais, práticas pedagógicas e permanência dos estudantes. Foram excluídos artigos duplicados, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, revisões narrativas, editoriais e estudos que não apresentassem relação direta com o tema proposto.

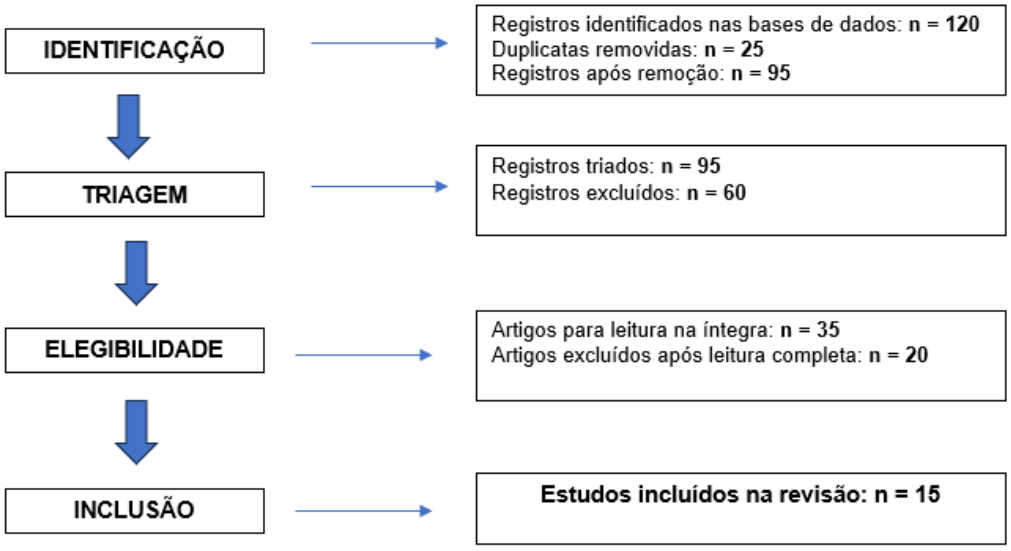
Inicialmente, foram identificados 120 estudos nas buscas realizadas. Após a exclusão de 25 duplicatas, 95 artigos foram submetidos à leitura de títulos e resumos, sendo 60 excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos. Restaram 35 estudos para leitura na íntegra, dos quais 20 foram excluídos por não se adequarem ao objetivo da pesquisa. Dessa forma, 15 artigos compuseram a amostra final desta revisão.

A extração dos dados foi realizada por meio de um instrumento padronizado, contemplando informações como autores, ano de publicação, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões. A análise dos dados ocorreu de forma descritiva e temática, permitindo a identificação de padrões e categorias relevantes. Os resultados foram organizados em três eixos principais: (I) estratégias pedagógicas inclusivas no ambiente escolar; (II) formação docente e práticas educacionais; e (III) fatores que influenciam o acesso e a permanência de estudantes com deficiência.

Todo o processo foi desenvolvido com base nos princípios da ética e da integridade científica, assegurando a fidedignidade das informações e a transparência metodológica, de modo a possibilitar a reprodutibilidade do estudo e a aplicação dos achados no contexto educacional.

Conforme ilustrado na Figura 1, apresenta-se o fluxograma do processo de seleção dos estudos, baseado no modelo PRISMA 2020.

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos estudos conforme o protocolo PRISMA 2020



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 15 estudos selecionados permitiu compreender, de forma abrangente, como a produção científica recente tem abordado a educação inclusiva no contexto escolar, especialmente no que se refere às estratégias educacionais voltadas à inclusão de pessoas com deficiência. Observou-se que os estudos contemplam diferentes níveis de ensino, da educação básica ao ensino superior e apresentam uma diversidade de abordagens metodológicas, incluindo revisões integrativas, estudos qualitativos, análises documentais e revisões de escopo. Essa variedade metodológica contribui para uma compreensão mais ampla e multifacetada do fenômeno investigado.

De modo geral, os resultados evidenciam que a inclusão escolar ainda enfrenta desafios estruturais, pedagógicos e formativos, embora avanços significativos tenham sido registrados, sobretudo no campo das políticas públicas e na ampliação do acesso à educação. No entanto, permanece a necessidade de aprimoramento das práticas pedagógicas, da formação docente e das condições institucionais, de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o desenvolvimento educacional dos estudantes com deficiência.

Quadro 1. Síntese dos estudos incluídos na revisão

Autor/Ano	Objetivo	Método	Principais resultados
Silva *et al*. (2026)	Analisar os avanços normativos e desafios da educação inclusiva no Brasil	Estudo qualitativo com análise documental	Evidenciou avanços legais importantes, porém destacou fragilidades na implementação prática, especialmente na formação docente e na adaptação curricular
Santos; Soares; Araújo (2026)	Investigar a inclusão de alunos da educação especial nas aulas de Ciências	Estudo qualitativo	Identificou dificuldades na adaptação de conteúdos e ausência de recursos pedagógicos adequados, impactando a aprendizagem
Távora (2026)	Analisar desafios e oportunidades da educação inclusiva no Brasil	Revisão bibliográfica qualitativa	Apontou que a inclusão ainda enfrenta barreiras estruturais, mas apresenta potencial transformador quando há práticas pedagógicas adequadas
Silva; Dias (2026)	Compreender concepções de professores sobre inclusão	Estudo qualitativo	Revelou que muitos docentes ainda se sentem despreparados para atuar com inclusão, evidenciando lacunas na formação
Riboli (2025)	Discutir políticas públicas de educação inclusiva	Análise documental	Destacou avanços legais, mas apontou descompasso entre legislação e prática escolar

Ribeiro; Reis (2025)	Analisar a inclusão sob a perspectiva de gênero e deficiência	Revisão qualitativa	Evidenciou invisibilidade das questões de gênero no contexto da inclusão escolar
Xavier; Rodrigues (2025)	Investigar práticas inclusivas no cotidiano escolar	Estudo qualitativo	Indicou que práticas inclusivas ainda são pontuais e dependem da iniciativa dos professores
Silva; Chariglione (2025)	Analisar inclusão de pessoas idosas com deficiência	Scoping review	Apontou escassez de estudos e necessidade de ampliação das políticas inclusivas
Lima; Manjinski (2024)	Analisar inclusão no ensino superior	Estudo crítico qualitativo	Identificou dificuldades institucionais e falta de acessibilidade plena
Haas; Rodrigues (2024)	Investigar práticas com alunos com deficiência intelectual	Estudo qualitativo	Evidenciou práticas ainda centradas em modelos tradicionais de ensino
Macedo; Leite; Gimenez (2024)	Revisar literatura sobre deficiência intelectual	Revisão integrativa	Identificou avanços nas políticas, mas lacunas nas práticas pedagógicas
Miguel et al. (2024)	Analisar inclusão no ensino superior	Revisão de escopo	Destacou crescimento da inclusão, porém com desafios na permanência
Santos (2025)	Identificar estratégias para inclusão escolar	Estudo qualitativo	Evidenciou importância da formação docente e do apoio institucional
Tomaz (2022)	Analisar desafios da inclusão escolar	Revisão sistemática	Apontou necessidade de mudança de postura dos profissionais da educação
Ferrari; Sekkel (2021)	Discutir inclusão no ensino superior	Estudo teórico	Destacou o ensino superior como espaço ainda pouco inclusivo

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A partir da análise dos estudos, observa-se que a educação inclusiva no Brasil tem avançado significativamente no campo normativo, com a consolidação de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. No entanto, os resultados evidenciam que tais avanços ainda não se traduzem de forma efetiva no cotidiano escolar, especialmente no que se refere à adaptação das práticas pedagógicas e à formação dos professores. A presença de barreiras atitudinais, estruturais e metodológicas continua sendo um dos principais entraves à efetivação da inclusão.

Além disso, destaca-se que a permanência dos estudantes com deficiência no ambiente escolar está diretamente relacionada à qualidade das práticas pedagógicas e ao suporte institucional oferecido. Estudos apontam que estratégias como o uso de metodologias ativas, tecnologias assistivas e práticas colaborativas contribuem significativamente para o

desenvolvimento educacional desses alunos. Entretanto, a ausência de formação continuada e de condições adequadas de trabalho para os docentes limita a implementação dessas estratégias, reforçando a necessidade de investimentos mais consistentes na área.

Diante dos achados apresentados, foi possível identificar padrões recorrentes nos estudos analisados, permitindo a organização dos resultados em categorias temáticas que sintetizam os principais eixos da educação inclusiva no contexto escolar. Assim, no Quadro 2, são apresentadas as categorias analíticas construídas a partir da literatura, bem como os respectivos autores que fundamentam cada eixo de discussão, contribuindo para uma compreensão mais estruturada do fenômeno investigado.

Quadro 2. Categorias temáticas da educação inclusiva e autores associados

Categoria	Descrição	Autores
Estratégias pedagógicas inclusivas no ambiente escolar	Esta categoria reúne estudos que evidenciam a importância da adaptação das práticas pedagógicas como elemento central para a efetivação da inclusão. Os resultados apontam que o uso de metodologias ativas, flexibilização curricular, recursos didáticos adaptados e tecnologias assistivas são fundamentais para promover a aprendizagem dos estudantes com deficiência. No entanto, observa-se que tais práticas ainda são pontuais e, em muitos casos, dependem da iniciativa individual dos docentes, evidenciando a ausência de sistematização institucional.	Santos; Soares; Araújo (2026); Xavier; Rodrigues (2025); Haas; Rodrigues (2024); Macedo; Leite; Gimenez (2024); Tomaz (2022)
Formação docente e práticas educacionais	Esta categoria destaca a formação inicial e continuada dos professores como fator determinante para a consolidação da educação inclusiva. Os estudos revelam que muitos docentes ainda se sentem despreparados para atuar com a diversidade em sala de aula, o que impacta diretamente na qualidade das práticas pedagógicas. Além disso, evidencia-se a necessidade de políticas de formação continuada que promovam o desenvolvimento de competências inclusivas, bem como o fortalecimento de práticas colaborativas entre profissionais da educação.	Silva; Dias (2026); Santos (2025); Távora (2026); Silva; Chariglione (2025); Ferrari; Sekkel (2021)
Políticas públicas, acesso e permanência escolar	Esta categoria abrange estudos que discutem o papel das políticas públicas na promoção da educação inclusiva, bem como os fatores que influenciam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência na escola. Os achados indicam avanços significativos no campo normativo, porém destacam a existência	Silva et al. (2026); Riboli (2025); Ribeiro; Reis (2025); Lima; Manjinski (2024); Miguel et al. (2024)

	de lacunas na implementação dessas políticas no cotidiano escolar. Também são evidenciados desafios relacionados à acessibilidade, infraestrutura e suporte institucional, que impactam diretamente a permanência e o desenvolvimento educacional dos estudantes.	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Diante dos resultados apresentados, evidencia-se que a produção científica analisada converge para a compreensão de que a educação inclusiva no Brasil tem avançado no campo legal e teórico, porém ainda enfrenta desafios significativos no que se refere à sua efetivação no cotidiano escolar. As evidências apontam que fatores como a fragilidade na formação docente, a limitação de recursos pedagógicos e a insuficiência de suporte institucional impactam diretamente a qualidade das práticas inclusivas e, consequentemente, a permanência e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Ao mesmo tempo, observa-se que iniciativas baseadas em práticas pedagógicas adaptadas, uso de tecnologias assistivas e trabalho colaborativo demonstram potencial significativo para a consolidação de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Nesse sentido, a sistematização dos achados permitiu não apenas identificar padrões e lacunas na literatura, mas também evidenciar a necessidade de articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas. Assim, a seção seguinte apresenta a discussão dos resultados, na qual os achados desta revisão serão analisados à luz do referencial teórico, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das implicações para o campo da educação inclusiva.

1. Estratégias pedagógicas inclusivas no ambiente escolar

Os resultados evidenciam que as estratégias pedagógicas constituem um dos pilares fundamentais para a efetivação da educação inclusiva. Observa-se que práticas como a flexibilização curricular, o uso de tecnologias assistivas, a diversificação metodológica e a adoção de metodologias ativas são amplamente reconhecidas na literatura como facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência. Esses achados corroboram as contribuições de Pacheco (2024), ao destacar que a inclusão requer uma reorganização do fazer pedagógico, centrada na singularidade dos sujeitos e na valorização das diferenças.

Entretanto, apesar do reconhecimento dessas estratégias, os estudos analisados indicam que sua implementação ainda ocorre de forma limitada e, muitas vezes, desarticulada do planejamento institucional. Conforme evidenciado por Xavier e Rodrigues (2025) e Santos,

Soares e Araújo (2026), as práticas inclusivas frequentemente dependem da iniciativa individual dos professores, o que evidencia fragilidades na sistematização das ações pedagógicas. Além disso, a permanência de modelos tradicionais de ensino, conforme apontado por Haas e Rodrigues (2024), constitui um obstáculo significativo à consolidação de práticas inclusivas. Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de institucionalização dessas estratégias, por meio de políticas pedagógicas que garantam sua continuidade e efetividade no cotidiano escolar.

2. Formação docente e práticas educacionais

A formação docente emerge como um dos aspectos mais relevantes na consolidação da educação inclusiva, sendo amplamente destacada nos estudos analisados como fator determinante para a qualidade das práticas pedagógicas. Os resultados indicam que muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade presente em sala de aula, o que impacta diretamente sua atuação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. Essa realidade está em consonância com Mendes (2025), que enfatiza a importância da formação continuada para o desenvolvimento de competências inclusivas.

Além disso, observa-se que a formação inicial ainda apresenta lacunas significativas no que se refere à preparação para o trabalho com a inclusão, o que reforça a necessidade de revisão dos currículos dos cursos de licenciatura. Estudos como os de Silva e Dias (2026) e Santos (2025) evidenciam que a ausência de preparo adequado contribui para a insegurança docente e para a reprodução de práticas excludentes. Nesse contexto, a formação continuada se apresenta como uma estratégia essencial para o aprimoramento das práticas educacionais, especialmente quando articulada a espaços de reflexão coletiva e trabalho colaborativo entre os profissionais da educação. Assim, torna-se fundamental investir em políticas formativas que promovam não apenas o desenvolvimento técnico, mas também uma mudança de postura frente à diversidade.

3. Políticas públicas, acesso e permanência escolar

No que se refere às políticas públicas, os resultados apontam avanços significativos no reconhecimento do direito à educação inclusiva, especialmente no contexto brasileiro. A ampliação do acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular representa uma conquista importante, alinhada às diretrizes legais e às demandas sociais por equidade. Contudo, conforme evidenciado por Riboli (2025) e Silva et al. (2026), ainda há um descompasso entre o que está previsto nas políticas públicas e sua efetiva implementação no cotidiano escolar.

Esse cenário evidencia que o acesso à escola, embora fundamental, não garante por si só a inclusão efetiva. A permanência e o desenvolvimento educacional dos estudantes com

deficiência estão diretamente relacionados à existência de condições adequadas, como infraestrutura acessível, recursos pedagógicos adaptados e suporte institucional. Estudos como os de Lima e Manjinski (2024) e Miguel et al. (2024) reforçam que a ausência desses elementos compromete a qualidade da inclusão, especialmente em níveis mais elevados de ensino. Além disso, a presença de barreiras atitudinais, conforme destacado por Sassaki (2025), constitui um entrave significativo à construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

De modo geral, a análise das categorias evidencia que a educação inclusiva demanda uma abordagem integrada, que articule práticas pedagógicas, formação docente e políticas públicas. Os resultados indicam que, embora haja avanços importantes, ainda persistem desafios que limitam a efetivação da inclusão no ambiente escolar. Nesse sentido, torna-se fundamental promover ações que fortaleçam a formação docente, garantam condições adequadas de ensino e incentivem a adoção de práticas pedagógicas inclusivas de forma sistemática.

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações devem ser consideradas, como a delimitação temporal e a restrição às bases de dados selecionadas, o que pode ter limitado o acesso a outras produções relevantes. Além disso, a predominância de estudos qualitativos, embora relevante para a compreensão do fenômeno, pode restringir a generalização dos resultados.

Diante disso, sugere-se a realização de novas pesquisas que investiguem a efetividade de estratégias pedagógicas inclusivas em diferentes contextos educacionais, bem como estudos que integrem múltiplos atores do processo educativo. Tais investigações podem contribuir significativamente para o avanço da educação inclusiva, promovendo práticas mais equitativas e alinhadas às necessidades dos estudantes com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a educação inclusiva no Brasil apresenta avanços relevantes no âmbito legal e na ampliação do acesso à escolarização de pessoas com deficiência, porém ainda enfrenta desafios significativos quanto à sua efetivação no cotidiano escolar. Observou-se que a permanência e o desenvolvimento desses estudantes estão diretamente relacionados à qualidade das práticas pedagógicas, à formação docente e ao suporte institucional, sendo fundamental a articulação entre esses elementos para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Ressalta-se, portanto, a necessidade de investimentos contínuos na formação de professores, na implementação efetiva de políticas públicas e na adoção de

estratégias pedagógicas adaptadas, de modo a superar barreiras ainda existentes e promover uma educação equitativa, que valorize a diversidade e assegure o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES LVR, MENDONÇA FC. Educação inclusiva no ensino fundamental: práticas pedagógicas e desafios enfrentados pelos professores. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, 2025; 11(12): 2084–2097.

COELHO DF, COELHO ACMV. Educação inclusiva na perspectiva dos desafios docentes em sala de aula e formação continuada. **Revista Sociedade Científica**, 2024; 7(1): 3828–3854.

DEZOTTI PE, et al. A educação inclusiva no Brasil. **Revista Acadêmica da Lusofonia**, 2025; 2(9): 1–17.

FARIA SCJ, MANJINSKI E. Educação inclusiva: desafios, potencialidades e reflexões. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, 2025; 9(1).

FERRARI MALD, SEKKEL MC. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2007; 27(4): 636–647.

HAAS C, RODRIGUES EAP. Deficiência intelectual e inclusão escolar: concepções, lócus e práticas de escolarização. **Revista E-Curriculum**, 2024; 22: e52575.

LIMA LM, MANJINSKI E. Inclusão de alunos com deficiência no ensino superior brasileiro: análise crítica das práticas educativas e políticas de inclusão. **Revista Teias de Conhecimento**, 2024; 1(4).

MACEDO G, LEITE PL, GIMENEZ R. Educação inclusiva e deficiência intelectual no Brasil: revisão integrativa de literatura. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, 2024; 24(1): 50–93.

MARTINHO SMS, AMATO CALH. Política de educação inclusiva nas escolas na visão do gestor escolar. **Revista Educação Especial**, 2025; 38(1): 1–30.

MIGUEL ACC, et al. Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: uma revisão de escopo. **Revista Educação Especial**, 2024; 37(1): 1–23.

RIBEIRO MGA, REIS HMMSA. Educação inclusiva: deficiência e identidade de gênero no âmbito escolar. **Revista Educação Inclusiva**, 2025; 10(1): 112–125.

RIBOLI C. Educação especial inclusiva e políticas públicas: avanços, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2025; 31: e0156.

SANTOS IP, SOARES VTX, ARAÚJO MPM. Inclusão de estudantes público da educação especial nas aulas de Ciências da Natureza. **Revista Educar Mais**, 2026; 10: 1–16.

SANTOS PR. Educação inclusiva e formação continuada docente: um estudo de caso na escola municipal de Lindoeste. **Revista Científica FESA**, 2025; 3(29): 67–79.
SANTOS RS. **Educação inclusiva: desafios e estratégias para promover a inclusão de estudantes com deficiências em ambientes educacionais**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Maranhão, Codó-MA, 2025; 55 p.

SILVA MC, CHARIGLIONE IPFS. Educação inclusiva e a pessoa idosa com deficiência: uma análise por scoping review. **Revista Educação Especial**, 2025; 38(1): 1–29.

SILVA RG, et al. Educação inclusiva no Brasil: avanços normativos e desafios de implementação na educação básica e no ensino superior. **Revista Foco**, 2026; 19(1): e11283.

SILVA S, DIAS VB. Educação inclusiva e seus entraves: em pauta, concepções de professores de Ciências**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, 2026.

TÁVORA CPF. A educação inclusiva no Brasil: desafios e oportunidades. **Ivy Enber Scientific Journal**, 2026; 6(1): 118–131.

TOMAZ JA. **Educação especial e os desafios da inclusão escolar: uma revisão de artigos publicados na Revista Brasileira de Educação Especial entre os anos de 2017 e 2021**. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG, 2022; 16 p.

XAVIER GFQ, RODRIGUES JMC. **A educação inclusiva e a pessoa com deficiência: um olhar voltado às políticas e práticas educacionais tecidas no chão da escola**. Aracê, 2025; 7(3): 10625–10635.